

Local SEDE - Prédio 1 (Sala de Reunião do Gabinete do Secretário)	21/08/06	Início 09:30: h	Término 17:00 h
---	----------	--------------------	--------------------

Assunto

23ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental - CCA

PARTICIPANTES - LISTA DE PRESENÇA

SIGLA	TITULAR		SUPLENTE	Presente: P
SMA	Suani Teixeira Coelho			
SMA	Claudio Darwin Alonso	P		
CPRN	Celso Mazottini Saes	P	José Francisco Trevisan	
DAIA	Neusa Marcondes de Assis		Sílvia Carpinelli	P
DEPRN	Márcia Calamari	P	Renata Ramos Mendonça	P
CPLEA	Iracy Xavier da Silva	P	Rosely Sztibe	
FF	Luiz Roberto N. de Oliveira	P	Sandra Aparecida Leite	
IF	Hélio Y. Ogawa	P	Hiroyassu Uehara	P
IBT	Luiz Mauro Barbosa	P	Dácio Roberto Matheus	P
IG	Hélio Shimada		Tarcísio José Montanheiro	
CETESB-C	João Antonio Fusaro		Aruntho Savastano Neto	P
CETESB – E	Lady Virgínia T. Meneses	P	Eduardo Mazzolenis	
CONSEMA	Paulo Nogueira Neto			

Outros Participantes

DAIA	Roberto Takahashi		
DAIA	Paola		
DAIA	Valéria		
IF	Clayton Ferreira Lino		
IF	Joaquim de Britto Costa Neto		
Gabinete	Maria Cristina Heilig		

RESUMO DA REUNIÃO

1 – Abertura.

Aprovada a ata da reunião anterior.

O Secretário Executivo da Câmara de Compensação Ambiental deu boas vindas aos novos conselheiros, ressaltando que as alterações objetivaram majorar a efetiva participação dos representantes dos órgãos da SMA.

Em seguida foram apresentadas planilhas consolidando informações sobre as compensações ambientais existentes, de maneira a subsidiar os trabalhos da Câmara.

O Secretário Executivo informou que em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, encontra-se em fase de elaboração o material a ser disponibilizado na Internet através do site da Secretaria contendo informações sobre a destinação dos recursos, as unidades de conservação beneficiadas, legislação e mapas pertinentes à compensação ambiental.

Sobre o andamento das atividades dos 02 grupos de trabalhos constituídos objetivando (1) propor a normatização da compensação ambiental, no âmbito do Estado de São Paulo e (2) o estabelecimento de critérios técnicos para a valoração do dano ambiental, o Secretário Executivo informou que o trabalho realizado pelo primeiro grupo resultou nas minutas de Decreto Estadual e Resolução da SMA a serem apreciadas na segunda parte desta reunião. Quanto ao grupo dos critérios técnicos para a valoração do dano ambiental, os trabalhos serão conduzidos por tipologia do empreendimento, iniciando pelo setor minerário.

2- Análise das compensações propostas

2.1. Companhia Brasileira de Alumínio - lavra de bauxita - Divinolândia, São Sebastião da Gramma e Águas da Prata - processo SMA 13.611/2000.

Tendo em vista o montante do recurso e a proximidade do empreendimento com a unidade de conservação, a Câmara de Compensação Ambiental – CCA indicou a aplicação do valor de R\$ 5.967,75 (nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total de implantação do empreendimento estimado em R\$ 1.193.550,00 (um milhão, cento e noventa e três mil e quinhentos e cinquenta mil reais) em ações que objetivem contribuir na complementação das ações voltadas à adequação da categoria da Unidade de Conservação e elaboração do Plano de Manejo da Reserva Estadual Águas da Prata, administrada pelo Instituto Florestal.

2.2. Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil S.A. - Gasoduto Bolívia - Brasil – GASBOL - Processo SMA 7.102/1993.

A Câmara de Compensação Ambiental, objetivando a padronização dos procedimentos relativos à compensação ambiental advinda de licenciamentos efetuados no âmbito federal e a adoção de medidas conclusivas quanto ao atendimento de exigência constante do licenciamento, passou a analisar o caso em tela, visando definir sua destinação.

O IBAMA, órgão licenciador do empreendimento, destinou a título de compensação ambiental o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para cada estado atravessado pelo empreendimento, sendo que no Estado de São Paulo, R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) foram destinados para Unidade de Conservação Federal (FLONA de Ipanema).

Referente ao valor restante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a Câmara de Compensação Ambiental, em observância à legislação vigente, indica a destinação de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a APA de Corumbataí e R\$5.000,00 (cinco mil reais) para a APA Ibitinga; a serem aplicados em ações que contribuam para continuidade da elaboração dos Planos de Manejo das referidas unidades, cuja gestão pertence à Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - CPLEA e, ouvida a exposição de motivos apresentada pelo responsável pelo Grupo Intersecretarial de Trabalho do Parque Estadual do Jacupiranga, instituído pelo Decreto Estadual nº 50.019, de 20/09/2005, indica o valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais) destinados à regularização fundiária e realização de estudos e propostas relativas à preservação das áreas que integram o Parque, conforme descrito na proposta apresentada à CCA nesta data.

2.3. Ajinomoto Biolatina Ind. e Com. Ltda. – ampliação unidade industrial – processo SMA 13.572/2005

A Câmara de Compensação Ambiental aprovou os Planos de Trabalho apresentados pelo Instituto Florestal em atendimento ao disposto na 22ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental e indica a aprovação do valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total estimado para a implantação do empreendimento que é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), a ser depositado em parcela única, para ser aplicado da seguinte forma: R\$1.681.500,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil e quinhentos reais) na regularização fundiária e realização de estudos e propostas relativas à preservação das áreas que integram o Parque Estadual do Jacupiranga, conforme descrito na proposta apresentada à CCA nesta data e R\$318.500,00 (trezentos e dezoito mil e quinhentos reais) na elaboração do plano de manejo e ações que objetivem garantir a integridade da Floresta Estadual de Pederneiras.

2.4. Usina Damha de Açúcar e Alcool Ltda – unidade industrial - processo SMA 13.700/2005

A Câmara de Compensação Ambiental indica que o valor de R\$321.500,00 (trezentos e vinte e um mil e quinhentos reais), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total previsto para a implantação do empreendimento R\$ R\$64.300.000,00 (sessenta e quatro milhões e trezentos mil reais) deva ser depositado em parcela única e aplicado da seguinte forma: R\$71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais) na elaboração do plano de manejo na Reserva Biológica de Andradina, tendo em vista que a reserva, administrada pelo Pólo Regional do Extremo Oeste, subdivisão do Depto. de Descentralização do Desenvolvimento da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, órgão de pesquisa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, encontra-se bem preservada e que a pressão antrópica é pequena. O restante dos recursos, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), deverá ser destinados ao Parque Estadual do Jacupiranga, administrado pelo Instituto Florestal, de maneira contribuir para a regularização fundiária e realização de estudos e propostas relativas à preservação das áreas que integram, conforme descrito na proposta apresentada à CCA nesta data a unidade de conservação.

2.5. Destilaria Pioneiros S/A -- unidade industrial - processo SMA 13.734/2004.

Tendo em vista o aporte de recursos da compensação ambiental já destinados ao Parque Estadual do Aguapeí e, considerando as informações sobre as ações necessárias à continuidade dos trabalhos voltados aos estudos para criação de UC no Varjão do Jacaré, sendo realizados pelo Instituto Florestal com recursos de

compensação ambiental já destinados, a Câmara de Compensação Ambiental indica a aplicação do recurso no valor de R\$325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total previsto para a implantação do empreendimento estimado em R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) sejam aplicados na continuidade dos estudos para criação de UC no Varjão do Jacaré, solicitando que nos mesmos estudos seja também avaliada a revisão dos limites da APA Ibitinga.

2.6. Corpus Saneamento e Obras Ltda. – processo SMA 13.598/2002.

Com base na informação protocolizada pelo interessado em 06/06/2005, (fls. 1.808 do processo em referência) quanto ao custo estimado para a implantação do empreendimento no valor de R\$2.114.975,70 (dois milhões, cento e quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) a CCA em sua 16ª Reunião da CCA, realizada em 31/10/05, propôs a aplicação do percentual de 2% do custo total de implantação do empreendimento, representando R\$ 42.299,51 (quarenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), destinado a propiciar a conclusão do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Ibicatu.

Tendo em vista a informação sobre o custo total previsto para implantação do empreendimento, apresentado pelo empreendedor e protocolizado em 02/12/06 à fls. 2.310 do processo em referência; em cumprimento ao artigo 15 da Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006 e considerando que o empreendimento em questão não foi submetido à aprovação do CONSEMA, a Câmara de Compensação Ambiental propõe que o valor de R\$31.560,71 (trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e um centavos), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total previsto para a implantação do empreendimento, estimado em R\$ 6.312.143,56 (seis milhões, trezentos e doze mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos) deverá ser destinado a propiciar a conclusão do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Ibicatu, cuja gestão pertence ao Instituto Florestal.

2.7. Petrobrás S/A - modernização da refinaria Henrique Lage – Revap – processo SMA 13.667/2003.

A CCA registra o recebimento de várias correspondências referentes à compensação ambiental do empreendimento em referência, dentre elas o ofício do Vereador de São José dos Campos, Sr. Wagner Balieiro, sobre desocupação de área; a correspondência eletrônica endereçada aos membros da CCA sobre a destinação exclusiva dos recursos para o município de São José dos Campos e a proposta de adequação do cronograma de desembolso e aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental do empreendimento em referência encaminhada pela Prefeitura de São José dos Campos.

Os membros da CCA consideram que os princípios legais e técnicos que norteiam as indicações foram cumpridos com relação ao empreendimento em tela.

A CCA aprova a proposta apresentada pela Prefeitura de São José dos Campos, por entender que se refere apenas à adequação de cronograma do plano de trabalho que objetiva a transformação da APA do Banhado no Parque Natural Municipal do Banhado e solicita a adoção de providências necessárias visando o estabelecimento de um Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental firmado entre a SMA e a Petrobrás em 18/05/06, mantendo-se os demais itens.

Na segunda parte da reunião procedeu-se à análise da minuta de Decreto Estadual elaborada pelo grupo de trabalho, constituído objetivando propor a normatização da

compensação ambiental, no âmbito do Estado de São Paulo, cujo material já havia sido encaminhado anteriormente, para apresentação das contribuições pelos membros da CCA. Realizada a análise da minuta e das contribuições, deliberou-se pelo encaminhamento do texto final ao Gabinete do Secretário, para as providências cabíveis. Ficou estabelecido que na próxima reunião será analisada a minuta de Resolução SMA que regulamentará o Decreto em proposição, visando apresentá-la no momento oportuno, uma vez que a mesma deverá detalhar a operacionalização da compensação ambiental no âmbito da SMA.

Anexos:

Proposta da prefeitura Municipal de São José dos Campos

Plano de Trabalho de pederneiras

Plano do Parque Estadual do Jacupiranga

Proposta de Resolução sobre Compensação Ambiental revisada pela CCA

Nome	Assinatura	Data
Sílvia Carpinelli		21/08/06